

Resenha: A atualidade da reforma agrária na América Latina e Caribe

Fernanda Aparecida Matheus

Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Presidente Prudente, São Paulo, Brasil.

e-mail: fernanda.matheus@unesp.br

Resenha: FERNANDES, Bernardo Mañano; RINCÓN, Luis Felipe; KRETSCHMER, Regina (Org.). **La actualidad de la reforma agraria en America Latina y el Caribe.** Buenos Aires/São Paulo: CLACSO/Perseu Abramo, 2018.

O livro intitulado *La actualidad de la reforma agraria en America Latina y el Caribe*, organizado por Bernardo Mañano Fernandes, Luis Felipe Rincón e Regina Kretschmer, com contribuições de pesquisadores sobre a questão agrária em vários países, aborda o debate sobre a atualidade e concepção da reforma agrária e contrarreforma agrária e os processos de lutas e resistências dos povos do campo e movimentos socioterritoriais. Trazendo presente aspectos históricos, estruturais e conjunturais relacionados às dinâmicas de conflitos e conflitualidades territoriais, a concentração fundiária, a modernização capitalista no campo, o papel e atuação dos Estados nacionais e organismos internacionais.

A obra publicada em 2018, nas versões impressa e digital em uma parceria entre o CLACSO e a editora Perseu Abramo¹, consiste em uma coletânea de artigos, resultado da sistematização das discussões e reflexões realizadas no âmbito do grupo de trabalho “Desarrollo rural, campesinado, disputas territoriales y decolonialidad”, do Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO), tendo como ponto de partida a reunião realizada em Assunção-Paraguai, no ano de 2008. O livro está composto por 11 textos, além da apresentação pelos organizadores.

No artigo “La experiencia brasileña de lucha por la tierra e la reforma agraria”, Bernardo Mañano Fernandes analisa as diferentes interpretações de reforma agrária e de contrarreforma agrária. De acordo com o autor, no Brasil, há três tendências de interpretação da reforma agrária: uma primeira, que afirma que o Brasil fez reforma agrária; uma segunda que entende que a reforma agrária está sendo realizada e uma terceira, que defende que já não há mais necessidade de reforma agrária no país.

Na análise de Fernandes, há um processo de reforma agrária em curso, no Brasil, nas últimas quatro décadas, como resultado das condições que a correlação de forças entre governo, movimentos socioterritoriais, agronegócio e latifundistas impõem uns aos outros.

¹ A versão digital em PDF do referido livro, pode ser acessada em:
http://www2.fct.unesp.br/nera/ltd/actualidad_reforma_2018.pdf

Em outras palavras, é a reforma agrária que os movimentos socioterritoriais estão capazes de conquistar, a partir de seus processos de lutas.

Buscando confirmar sua tese, o autor utiliza dados sistematizados pela rede de pesquisa DATALUTA e as disputas paradigmáticas entre o paradigma da questão agrária e o paradigma do capitalismo agrário, como método de análise. E afirma que a implantação dos assentamentos, demonstra uma relação direta entre o número de ocupações e o número de novos assentamentos criados em cada período. Ao mesmo tempo em que o número de ocupações depende do acúmulo de forças que as alianças que sustentam a defesa de cada paradigma, constroem em cada período.

No artigo “A reforma agrária como território da política e a reforma agrária de mercado como território da economia” Eraldo Ramos Filho propõe uma reflexão teórica sobre os conceitos de espaço, território, reforma agrária e contrarreforma agrária, buscando compreender as influências das políticas neoliberais sobre a política brasileira de reforma agrária prevista na Constituição Federal.

O autor discute como se dá o processo de espacialização e territorialização em duas dinâmicas distintas de acesso à terra, pelos trabalhadores rurais. Àquela promovida pela constituição de assentamentos como resultado da desapropriação de latifúndio, como resposta a pressão dos movimentos sociais, através das ocupações de terras. E a outra promovida através dos mecanismos de mercado, sob orientação do Banco Mundial.

De acordo com Ramos Filho, no Brasil a ação dos movimentos socioterritoriais, que através das mais variadas formas de lutas, de modo especial, as ocupações de terras, forçam o governo a realizar um processo de reforma agrária amplo em contraposição as ações paliativas e de contrarreforma agrária do Estado. Enquanto a reforma de mercado, assume uma dinâmica de privatização da terra e de subordinação dos territórios a lógica do agronegócio e se constitui efetivamente em uma política de contrarreforma agrária.

No artigo “Trayectoria y la actualidad de la reforma agraria en Colombia: relato de una ilusión (¿que se renova?)”, Luis Felipe Rincón e Hellen Charlot Cristancho Garrido debatem o conceito de reforma agrária e o processo empreendido pelo Estado colombiano, desde a Lei de Terras de 1936, passando pela Lei de Reforma Agrária Integral de 1961 aos dias atuais, com a contrarreforma agrária no bojo da reforma agrária de mercado e das políticas neoliberais.

A abordagem busca compreender a conflitualidade no campo, a concentração fundiária, os conflitos pela terra e seu uso na Colômbia no contexto das dinâmicas de enfrentamento entre classes sociais por modelos de desenvolvimento e territórios.

No artigo “Tierra, território y dinâmicas de guerra: reflexiones a partir del caso colombiano” Flor Edilma Osorio Pérez, analisa o conflito armado e a concentração de terras no contexto histórico da realidade colombiana, aspectos que mantém intrínsecas ligações

entre si e contribuem para a lógica de ocupação e disputa territorial e para as condições de miséria e exclusão social das populações do campo – afrodescendentes, indígenas e camponeses.

A abordagem propõe a compreensão dos conflitos e disputas territoriais, a partir da ação dos sujeitos políticos – organizações camponesas, Estado, guerrilha, grupos paramilitares e corporações transnacionais e as inter-relações que estes mantêm entre si, combatendo ou subsidiando e fortalecendo um ao outro. E reivindica que a solução para os conflitos armados e para a efetivação dos acordos de paz, passa por um amplo processo de democratização no país, donde se inclui a democratização da estrutura fundiária.

No artigo “Conflictos agrários y Luchas campesinas en el Paraguay”, Regina Kretschmer, caracteriza a concentração de terras no Paraguai, como resultado do processo de reestruturação agrária iniciada com a derrota do país na guerra da Tríplice Aliança, que interrompeu um projeto de soberania e desenvolvimento nacional. Desde então, a questão da terra tem sido um dos principais desencadeadores das lutas, disputas e conflitos territoriais e políticos no país. O que teve reflexos diretos na articulação e concretização do golpe que derrubou o presidente Fernando Lugo.

Neste contexto, a autora analisa os processos de lutas protagonizados pelos camponeses e das camponesas em contraposição ao avanço do capitalismo agrário e as alianças políticas que sustentam o projeto pautado pela modernização capitalista da agricultura com base no monocultivo agroexportador, com uso intensivo de agrotóxicos e estrangeirização das terras públicas.

No artigo “Reforma agraria en el Paraguay”, Ramón B. Fogel traz presente a relevância do debate sobre desenvolvimento rural para o debate sobre desenvolvimento nacional, abrangendo o conjunto da economia e não apenas o setor agroexportador, tendo em conta, o fato do Paraguai ser o país com maior contribuição da agricultura no PIB nacional, dentre os países latino-americanos.

Para o autor as grandes desigualdades no campo no país, são expressas na alta concentração de terras, que por sua vez agrava as assimetrias nas condições de renda. Tal situação tem sido agravada nos últimos anos com o processo de apropriação de terras por brasileiros e o avanço da soja. Neste contexto se inscreve a aliança política que produziu o golpe que colocou fim ao governo de Fernando Lugo e revela o intrincado jogo de interesses entre grupos políticos conservadores, empresas transnacionais e organizações paramilitares, num intento não só de barrar a reforma agrária, mas de se apropriar do território, transformando-o em território do capitalismo agroexportador.

No texto “La agricultura en Cuba y las reformas agrarias” Angelina Herrera Sorzano aborda a conceituação de reforma agraria e discute como esta tem sido implementada em Cuba, como uma das principais ações de Estado no âmbito da revolução socialista, de

acordo com a primeira e a segunda leis de reforma agrária promulgadas respectivamente em 1959 e 1963. Além de uma séria de legislações complementares que versam sobre o acesso e a propriedade da terra, que são revistas e reformuladas de modo colaborativo entre instituições estatais e organizações representativas da população, em função de dar respostas aos desafios enfrentados, de garantir a produtividade da agricultura e da agroindústria e a soberania alimentar. A ANAP - Associação Nacional de Pequenos Agricultores é uma das principais entidades que contribuem com o debate visando o constante aperfeiçoamento da reforma agrária no país.

Segundo autora, a reforma agrária como projeto de Estado, que transformou radicalmente a estrutura fundiária do país, é pautada pelo objetivo de promover melhorias na qualidade de vida da população do campo e a participação social de forma coletiva, o que tem sido possível mediante incentivo estatal para promover transformações na organização territorial, produtiva, tecnologia e nas formas de sociabilidade. A estatização da propriedade da terra e o incentivo às formas cooperativadas de produção são importantes aspectos da reforma agrária cubana.

No artigo “México: de la lucha por la tierra a la disputa por los territorios rurales”, Luciano Conchero Bórquez e Carlos Rodrigues Wallenius abordam a temática da luta pela terra, pelo território e recursos naturais no México no século XX. A reforma agrária mexicana tem seus primórdios na revolução popular (1910-1919) e se estende ao longo do século XX, com forte impulso no período de 1930, quando se repartem mais e melhores terras e se constitui um aparato de Estado de apoio e de promoção de formas coletivas de produção.

A partir dos anos 1940 se inicia o retrocesso da reforma agrária mexicana e nos anos 1980-90 no decurso dos governos neoliberais se intensificam as mudanças estruturais, como a revisão do marco institucional, visando à privatização da propriedade social (comunal e ejidal) e retirar dos camponeses a possibilidade do acesso a terra.

Segundo o autor a contrarreforma agrária intensificada pelo aprofundamento das políticas neoliberais para o campo e a modificação nos marcos institucionais que sustentavam a reforma agrária, fez ressurgir nos debates dos movimentos e organizações camponesas o tema da reforma agrária, colocando-o no centro da discussão e das lutas pelo acesso a terra, trabalho, território e recursos naturais e transformações estruturais na sociedade.

No artigo “Políticas de tierras, capital agrário y control social. Actual fase de resistencia de la lucha campesina em Argentina” Luis Daniel Hocsman e Mariana Romano, discutem as políticas e a legislação, que ao longo dos tempos, regulamentam a propriedade da terra na Argentina, de forma subordinada aos interesses da classe dominante, visando manter a concentração fundiária. Dinâmica que confluíu para a conformação das

características da atual fase de domínio e avanço territorial do capital agrário sobre territórios, usurpando comunidades camponesas e indígenas.

Para Hocsman e Romano os desafios dos camponeses no processo de luta e resistência frente ao processo de sojização do território, judicialização das disputas territoriais e criminalização das lutas demonstram a existência de uma questão agrária e a necessidade de se promover um amplo processo de reforma agrária na Argentina.

O artigo de Sérgio Gómez E. “La tierra y las reformas agrarias em América Latina: una mirada al pasado y prespectivas” tem como fio condutor da discussão a respeito da reforma agrária na América Latina a reflexão sobre as *Diretrizes Voluntárias sobre a Governança Responsável da posse da terra, a pesca e as florestas no contexto da segurança alimentar*, aprovadas pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura – FAO, em maio de 2012, como instrumento para enfrentar a atual dinâmica de estrangeirização de terras, a concentração fundiária e a pobreza.

O autor faz uma revisão sobre os processos desencadeados, em vários países na América Latina, no século XX e os classifica como, reformas agrárias: clássicas, massivas e tardias. O caso brasileiro é considerado exitoso e incluído entre os processos de reformas agrárias tardias, aquelas realizadas através da criação de leis de reforma agrária, de acordo com as orientações da Aliança para o Progresso, como forma de enfrentar a influência cubana nos processos políticos no continente. Para Gómez E. os únicos países que não realizaram reforma agrária no século XX, na região, foram a Argentina e o Uruguai, pois nestes países a estrutura fundiária não exigia tal política.

João Marcio Mendes Pereira no artigo “Banco mundial, política agrária neoliberal e reforma agrária assistida pelo mercado na América Latina” discute aspectos da política fundiária orientada pela lógica mercantil. Os objetivos e a fundamentação teórica e metodológica, donde se inclui a argumentação de combate à pobreza, enfrentamento aos conflitos agrários, democratização do acesso dos trabalhadores pobres a terra e incentivo a integração dos agricultores eficientes ao mercado.

O autor também traz presente uma análise crítica dos resultados dos programas implementados no Brasil, Colômbia e Guatemala e sobre o posicionamento crítico e de combate dos movimentos socioterritoriais, diante das políticas que considera, como instrumentos de contrarreforma agrária.

A leitura desta coletânea nos permite ter uma visão de conjunto das disputas pela terra, pelo território, pelos recursos naturais e projetos societários, tanto em termos conjunturais, quanto estruturais. Levando em consideração que a atual estrutura fundiária, caracterizada pela concentração de terras e poder na atualidade, é decorrente de uma dinâmica histórica de ocupação e uso do território, a partir do projeto das elites, voltado para a produção para a agroexportação, baseada no monocultivo.

O método de análise a partir das disputas paradigmáticas possibilita perceber as disputas em torno do desenvolvimento do capitalismo no campo e suas interações no âmbito da sociedade e de modo particular no modo de vida e de produção do campesinato. Está, portanto, relacionado ao debate de projeto de desenvolvimento societário e a função que a agricultura pode cumprir neste sentido. Revelam os conflitos de classes inerentes a propriedade dos meios de produção e exploração dos recursos naturais e do território e a leitura e construção de alternativas desde o ponto de vista da classe dominante ou do ponto de vista da classe trabalhadora.

O que interfere diretamente na defesa ou refutação da existência de uma questão agrária na América Latina, de forma especial em alguns países como Brasil, Argentina e Uruguai. Ou na compreensão da pobreza, da concentração de renda e poder como questões pontuais e conjunturais que o desenvolvimento das forças produtivas no interior do capitalismo resolve. Logo estão relacionados à interpretação da concepção de reforma agrária, os meios para sua realização ou ainda sobre a importância e necessidade de realizar processos de reforma agrária, na atualidade. Aspectos que perpassaram os textos aqui debatidos.

A questão da violência é outro elemento que compõe a realidade histórica do problema agrário latino-americano, como um componente estrutural, presente em todos os países analisados. Apresenta peculiaridades em cada país e momento histórico, mas está sempre presente, com exceção de Cuba a partir de 1959, que conseguiu romper este ciclo através da revolução socialista. Nos demais países, o que se observa é o imbricamento entre os interesses estatais e privados, que lança mão das mais diversas e possíveis formas de violência para garantir o projeto de dominação capitalista no campo, impedir a realização da reforma agrária e em alguns casos promover processos de contrarreforma agrária.

Sobre a autora

Fernanda Aparecida Matheus – Graduação em Agronomia pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Mestrado em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de São Paulo. Atualmente é doutoranda em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Presidente Prudente. **OrcID** – <https://orcid.org/0000-0002-1643-3906>

Como citar este artigo

MATHEUS, Fernanda Aparecida. Resenha: A atualidade da reforma agrária na América Latina e Caribe. **Revista NERA**, v. 24, n. 56, p. 213-218, jan.-abr., 2021.

Recebido para publicação em 06 de agosto de 2020.
Aceito para a publicação em 29 de agosto de 2020.
